

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2009

A Diretoria Executiva da CAFBEP apresenta as Demonstrações Contábeis do exercício de 2009, as quais abrangem, ainda, comparativamente, as informações do exercício de 2008. Como destaque, ressaltamos a recuperação da desvalorização das quotas dos Fundos de Investimentos em Renda Variável, ocorrida em 2008 devido à crise financeira mundial, resultando no ano de 2009 uma variação positiva de 112,7%, em comparação a variação do *benchmark* do plano PREV-RENDA (CDI) de 9,90% no mesmo período. Com relação ao Plano Básico, a rentabilidade foi de 12,52%, ultrapassando a Meta Atuarial que foi de 10,36% no mesmo período.

A Diretoria Executiva reforça seu comprometimento com os objetivos fundamentais da entidade em manter o equilíbrio financeiro e atuarial dos seus Planos de Benefícios. Nesta oportunidade a Diretoria agradece o empenho dos seus empregados na colaboração para a condução desses objetivos.

Benedito Passos Góes
Presidente

Augusto Sérgio Amorim Costa
Diretor Adm. Financeiro

Maria Pereira Anijar
Diretora de Seguridade

1. PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS

A CAFBEP mantém investimentos em Renda Fixa, Renda Variável, Empréstimos a Participantes e Imóveis. O total desses investimentos passou de R\$=49.336 mil em dez/2008 para R\$=56.470 mil em dez/2009. A rentabilidade consolidada foi de 14,46% no ano. Tal rentabilidade foi Superior as metas utilizadas pelos Planos de benefícios da Entidade, o CDI acumulado alcançou 9,90% no ano e a Taxa Mínima Atuarial alcançou 10,36%.

Apresentamos abaixo a composição dos Investimentos da Entidade, em comparação com o exercício anterior:

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO					
		Dez/09		Dez/08	
		Valor	%	Valor	%
1	RENDA FIXA	47.351.557,79	83,85%	41.930.825,50	84,99%
	Operações Compromissadas	2.295.215,25	4,85%	11.730.966,10	27,98%
	LFT-N	409.753,32	0,87%	-	-
	NTN-B	8.075.019,61	17,05%	11.032.729,42	26,31%
	LFT-A	7.081.311,06	14,95%	7.994.229,17	19,07%
	LTN	8.280.010,97	17,49%	-	-
	NTN-F	3.966.390,94	8,38%	-	-
	Nota Promissória (votor/ctEEP)	1.043.333,49	2,20%	-	-
	FIC-BANPARÁ	3.156.221,73	6,67%	2.873.378,05	6,85%
	FUNDO CREDIT YIELD	39.700,00	0,08%	14.726,00	0,04%
	CDB-Industrial	-	-	573.467,78	1,37%
	CDB-Fibra	503.567,95	1,06%	573.679,99	1,37%
	CDB-Santander	473.885,19	1,00%	-	-
	CDB-Votorantim	405.965,92	0,86%	-	-
	CDB-BBM	-	-	1.083.216,29	2,58%
	CDB-Pine	248.205,31	0,52%	-	-
	CDB-Bic Banco	721.667,71	1,52%	-	-
	CDB-Banco do Brasil	128.282,06	0,27%	-	-
	Debenture Light Energia	64.600,01	0,14%	-	-
	Debenture CPFL Energia	471.204,96	1,00%	-	-
	Debenture Tractebel	668.492,36	1,41%	-	-
	Debenture Telemar	699.742,54	1,48%	-	-
	Debenture Vivo	611.802,01	1,29%	-	-
	Itaú Soberano RF	1.184.475,03	2,50%	-	-
	FDIC-Panamericano	4.928.251,27	10,41%	4.433.954,20	10,57%
	CAIXA FI Saúde	118.402,87	0,25%	51.693,43	0,12%
	MERCATTO TOP LP	1.754.190,17	3,70%	1.577.345,78	3,76%
	Conta Corrente	29.167,27	0,06%	937,17	0,00%
	Despesas Provisões	-7.303,61	-0,02%	(9.497,88)	-0,02%
	Subtotal		100,00%		100,00%
2	RENDA VARIÁVEL	4.445.628,26	7,87%	2.132.298,96	4,32%
	Ações	17.256,96		44.810,26	
	Fundo de Ações Mercatto	2.550.176,39		1.023.189,08	
	Fundo de Ações Itaú	1.878.194,91		1.064.299,62	
3	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS – Imóvel	970.701,34	1,72%	1.002.630,04	2,03%
4	OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES-Empréstimos	3.702.866,20	6,56%	4.270.198,09	8,66%
	T O T A L	56.470.751,59	100,00%	49.335.952,59	100,00%

No quadro abaixo, demonstramos os custos com a administração dessa carteira:

1)DESPESAS EFETIVADAS	Dez/09	Dez/08
a) CPMF	-	-
b) Custódia	3.797,08	3.563,25
c) SELIC	200,00	200,00
d) CETIP	946,57	697,83
e) DNP	970,92	600,00
f) Taxa de Administração	7.607,01	9.632,13
g) Taxa DAIEA	431,51	400,00
h) Taxa ANBID	289,60	289,60
i) IOF	-	0,97
j) Taxa Risco de Mercado	970,92	900,00
k) Pagto Taxas Diversas	3,00	-
Total efetivado em Dez/2009	15.216,61	16.283,78

2)DESPESAS PROVISIONADAS	Dez/09	Dez/08
a) Taxa de Fiscalização CVM	-	-
b) Taxa de Publicidade (ANBID)	-	70,63
c) Taxa de Administração	8.424,42	9.884,61
d) Custódia	1.098,83	987,99
e) SELIC	100,00	100,00
f) CETIP	470,84	355,12
g) Taxa de Permanência do Ativo	5,06	-
Total provisionado rel. a dez/2009	10.099,15	11.398,35

Renda Fixa

Os investimentos nessa modalidade estão assim compostos: um fundo exclusivo CAFBEP PREV. FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO com característica de gestão compartilhada, administrado pela BB DTVM, custodiado no BANCO ITAÚ S.A. contendo títulos públicos federais e privados, além de cotas de fundos abertos de instituições financeiras; e, uma carteira própria administrada pela Entidade, exclusiva do plano BD, composta em 76% de NTN - Notas do Tesouro Nacional, 23% em Cotas de Fundos e 1% em conta corrente para pagamento de despesas. A rentabilidade do Fundo Exclusivo em 2009 atingiu 10,99% no ano. O investimento nesse segmento mantém perfil conservador com aproximadamente 64% em Títulos Públicos Federais, porém apresentou uma maior pulverização com relação aos ativos, como: Debêntures, Notas Promissórias, FIDC's e CDB's.

Renda Variável

Fundos de Renda Variável: Os investimentos nessa modalidade consistem em aquisições de cotas dos fundos **MERCATTO GERAÇÃO FUTURO** e **ITAÚ INSTITUCIONAL PORTIFÓLIO** a partir de 14/04/2008. Tais fundos apresentaram uma variação patrimonial positiva de 112,17%, no ano de 2009, recuperando assim a variação negativa de 2008, causada pela crise mundial. Apresentando saldo no final do ano, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	2009	2008	R\$ Mil
MERCATTO GERAÇÃO FUTURO	2.550	1.023	
ITAÚ INSTITUCIONAL PORTIFÓLIO FIA	1.878	1.064	
Total	4.428	2.087	

Imóveis

Segmento com saldo de R\$=970 mil, que em dez/2009 representa 1,72% do total dos Investimentos, atingiu 9,17% de rentabilidade no exercício. Trata-se do imóvel utilizado parte para locação e outra para a administração da Entidade, cuja rentabilidade é proveniente de aluguel, diminuído da depreciação.

Operações com Participantes - Empréstimos

Em dez/2009 representou 6,56% do total dos investimentos, com valor financeiro de R\$=3.702 mil. Obteve rentabilidade de 14,71%.

DEMONSTRATIVO DA RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO EM COMPARAÇÃO COM A META ATUARIAL E CDI

	Data	Rentabilidade		Atuarial		CDI	
		Mês	No Ano	Mês	No Ano	Mês	No Ano
EMPRÉSTIMOS	31/12/2008	2,12	31,26	0,78	12,87	1,11	12,37
	31/12/2009	-7,99	14,71	0,73	10,36	0,72	9,90
IMÓVEIS(1)	31/12/2008	0,72	8,32	0,78	12,87	1,11	12,37
	31/12/2009	0,72	9,17	0,73	10,36	0,72	9,90
RENDA FIXA	31/12/2008	1,05	12,26	0,78	12,87	1,11	12,37
	31/12/2009	0,72	10,99	0,73	10,36	0,72	9,90
CONSOLIDADO	31/12/2008	1,21	9,10	0,78	12,87	1,11	12,37
	31/12/2009	0,43	14,46	0,73	10,36	0,72	9,90

(1) Considerando a receita de aluguel

2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS- (MODALIDADE Benefício Definido)

Aprovado pela SPC-Secretaria de Previdência Complementar em 28/09/1993 e implantado em 01/10/1993. **Benefícios:** Suplementação da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade e por Invalidez; Suplementação do Abono Anual, da Pensão e do Auxílio-Reclusão; Pecúlio por Morte.

A partir da implantação do Plano de Benefícios denominado PREV-RENDA, em 20/12/2002, este Plano passou a ser considerado Plano em extinção, não recebendo novas inscrições. Atualmente a massa de participantes é composta por 21 (vinte e um) Assistidos, todos em gozo de benefício

PARECER ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

Avaliamos atuarialmente o Plano Básico de Benefício Definido da CAFBEP–Caixa Previdência Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S/A, patrocinado pelo BANPARÁ com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial e propor um plano de custeio para o ano-calendário 2010.

Na preparação desta avaliação, a qual está posicionada em 31/12/2009, utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela CAFBEP e outras pessoas ou organizações por ela designadas. A avaliação resumida neste relatório envolve cálculos atuariais para os quais são necessárias hipóteses sobre eventos futuros.

Certificamos que as hipóteses e métodos usados nesta avaliação são razoáveis e apropriados para os objetivos em que foram utilizados. Contudo, outras hipóteses também podem ser razoáveis e apropriadas, mas produziram resultados diferentes.

Todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com as práticas e princípios atuariais geralmente aceitos. A CAFBEP e a respectiva Patrocinadora, em conjunto com a Towers Watson, são responsáveis pela seleção e adoção das hipóteses biométricas, demográficas e econômica

Cadastro: O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de agosto/2009. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

– Para efeitos desta Avaliação Atuarial e objetivando posicionar os valores em 31/12/2009, os benefícios foram recompostos em 6%, acrescido de 1,01% referente ao INPC-IBGE acumulado de setembro a dezembro/2009. O plano é composto apenas por participantes assistidos.

– **Características do Plano:** O Plano Básico de Benefício Definido da CAFBEP está estruturado na modalidade “Benefício Definido”, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005 e encontra-se em extinção desde 20/12/2002

Hipóteses Atuariais: As premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2009 foram:

Hipótese	2009
Tábua de Mortalidade Geral	AT83 – Masculina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57
Hipótese Familiar	Assistidos: Família informada
Taxa de Juros	6% a.a.
Capacidade de Benefícios	100%
Índice do Plano	INPC-IBGE

A Towers Watson recomendou a adoção de hipóteses econômicas e demográficas em correspondência de 8/7/2009, mas conforme manifestação da entidade por meio da Carta CAFBEP/DISEG nº. 790 de 15/12/2009, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das mesmas premissas utilizadas na Avaliação Atuarial de 2008. Não obstante, para esta Avaliação Atuarial, as bases técnicas adotadas estão em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 18, de 28/03/2006. Para a Avaliação Atuarial de 2010, recomendamos que Plano adote, pelo menos, a Tábua AT83 específica por sexo

Resultados: Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo total de 193,50% sobre o total da Folha de Benefícios, uma vez que não há mais participantes ativos no Plano, e Provisões Matemáticas no valor de R\$ 4.379.749,81, ambos calculados atuarialmente e posicionados em 31/12/2009.

– O custo apresentado no parágrafo anterior está distribuído em 1,24% para custeio do Pecúlio por Morte, 27,65% para o Compromisso Especial Passado, 132,87% para a Amortização do Déficit Patrimonial e 31,74% para custeio das Despesas Administrativas do Plano, percentuais estes sobre a Folha de Benefícios.

Os percentuais indicados para o Compromisso Especial Passado e Amortização do Déficit por parte da patrocinadora foram convertidos em valores para amortização destas obrigações conforme detalhados neste Parecer Atuarial no item “Plano de Custeio”.

As Provisões Matemáticas correspondentes estão detalhadas no quadro a seguir:

2.3.1.0.00.00	Provisões Matemáticas	4.379.749,81
2.3.1.1.00.00	Benefícios Concedidos	6.142.330,00
2.3.1.1.01.00	Benefícios do Plano	7.213.875,00
	Aposentadoria por Tempo de Serviço:	6.675.097,00
	Aposentadoria por Invalidez:	235.531,00
	Pensão:	303.247,00
	Contribuições Futuras	(1.071.545,00)
	Aposentadoria por Tempo de Serviço	(972.075,00)
	Aposentadoria por Invalidez	(43.484,00)
	Pensão	(55.986,00)
2.3.1.3.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	(1.762.580,19)
2.3.1.3.01.00	Serviço Passado – Benefícios Concedidos	(170.465,00)
2.3.1.3.02.00	Déficit Equacionado	(1.592.115,19)
	Patrocinador	(1.592.115,19)

Observação Importante: Os participantes assistidos contribuem para a amortização do Déficit, sendo que os resultados referentes às Provisões de Benefícios Concedidos de R\$ 6.142.330,00 indicados pela Towers Watson já contemplam a dedução desta contribuição amortizante de 18,46% sobre os benefícios (benefícios líquidos da contribuição especial), percentual que equivale a R\$ 1.071.545,00 sobre o total dos benefícios.

A partir da publicação da Resolução CGPC nº. 26/2008 o equacionamento de novos déficits passou a considerar – paritariamente entre assistidos e patrocinador, a proporção das contribuições normais, ante às contribuições totais que era adotado antes da publicação da nova Resolução.

Plano de Custeio: Tendo em vista a inexistência da folha de Salário de Participação uma vez que não há participante em atividade, o Plano Anual de Custeio do Plano Básico de Benefício Definido será estabelecido em moeda corrente, exceto quanto à contribuição de assistidos que será aplicado em percentual incidente diretamente sobre o benefício suplementar, conforme condições propostas a seguir:

Plano de Custeio Proposto – 2010	
Pecúlio por Morte	Patrocinadora: 12 parcelas fixas mensais de R\$ 327,38 cada/Assistido: 0,62% sobre o Benefício
Compromisso Especial Passado	Patrocinadora: 12 parcelas fixas mensais de R\$ R\$ 14.658,86 cada
Equacionamento do Déficit	Patrocinadora: 12 parcelas fixas mensais de R\$ 70.449,55 cada/Assistido: 18,46% sobre o Benefício
Despesas Administrativas	Patrocinadora: 12 parcelas fixas mensais de R\$ 15.450,48 cada/Assistido: 2,60% sobre o Benefício

O quadro acima apresenta o custeio apenas para o ano-calendário de 2010.

Ressaltamos que o total do “Compromisso Especial Passado” e do “Equacionamento do Déficit” serão amortizados pela Patrocinadora em 12 e 24 parcelas, respectivamente, conforme detalhado no item “Provisões Matemáticas a Constituir” integrante deste Parecer. No entanto, novos déficits poderão surgir em Avaliações Atuariais futuras, cuja parcela será novamente financiada.

Tendo em vista a publicação da Resolução CGPC nº. 26/2008, o rateio do déficit levou em consideração a proporção das contribuições normais para o pecúlio por morte no exercício de 2009 em observância ao disposto no Artigo 29 deste dispositivo legal. Em relação à paridade contributiva, foi observada a Emenda Constitucional Nº 20/1998, bem como a Lei Complementar Nº. 108/2001, a qual o Patrocinador está submetido.

A paridade das contribuições normais leva em consideração, de um lado, o Patrocinador (0,62%) que está representado por parcelas mensais de R\$ 327,38) e de outro, Participantes Assistidos (0,62%), percentuais sobre a Folha de Benefícios.

– **Situação Financeira – Atuarial:** O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano Básico de Benefício Definido é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2009:

Valores em R\$1,00	
Ativo Total	5.246.344,33
Exigível Operacional	(503.824,79)
Exigível Contingencial	(265.829,27)
Fundos	(96.940,46)
Ativo Líquido Previdencial	4.379.749,81

O Ativo Líquido Previdencial do Plano de R\$ 4.379.749,81 faz frente ao total das Provisões Matemáticas de R\$ 4.379.749,81, atuarialmente calculadas, resultando em um equilíbrio técnico.

O equilíbrio do Plano é obtido anualmente em decorrência do automático equacionamento do déficit na exata diferença entre o Ativo Líquido Previdencial e o total das Provisões Matemáticas.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

Tendo em vista que o Plano Básico de Benefício Definido encontra-se em extinção, anualmente o resultado deficitário é equacionado e alocado

proporcionalmente entre os entes do Plano, motivo pelo qual é apurado o equilíbrio técnico

Rentabilidade do Plano: O A rentabilidade patrimonial do Plano de Benefícios Previdenciais da CAFBEP, calculada pelo método de Taxa Interna de Retorno de acordo com os dados contábeis, alcançou, no exercício de 2009, o percentual de 12,48%, que, comparado com a inflação acumulada de 4,11% (INPC-IBGE), acrescida do juro atuarial de 6%, resultou na taxa de rentabilidade real líquida no exercício de 1,92% (acima da meta atuarial).

– **Dívidas Contratadas:** Não identificamos dívidas contratadas para este Plano de Benefícios. No entanto, há registro contábil da rubrica “Contribuições em Atraso” no valor de R\$ 161.868,83.

– **Provisões Matemáticas a Constituir:** As provisões matemáticas a constituir de responsabilidade do Patrocinador montam em R\$ 1.762.580,19, que são compostas, respectivamente, por Serviço Passado e Amortização do Déficit, cujo valor está assim distribuído:

– **Compromisso Especial Passado: Patrocinadora - R\$ 170.465,00:** obrigação exclusiva da Patrocinadora referente ao compromisso para com os participantes assistidos, cujo valor está financiado em 12 parcelas mensais de R\$ 14.658,00 cada.

– **Equacionamento do Déficit: Patrocinadora - R\$ 1.592.115,19:** compromisso de responsabilidade da Patrocinadora, financiado em 24 parcelas mensais de R\$ 70.449,55. Recomenda-se, respaldo jurídico para reconhecimento contábil desse compromisso com o respectivo contrato de confissão de dívida, instruído conforme legislação vigente.

– **Nota:** Com base no ritmo de capitalização deste plano e considerando que os recursos decorrentes das amortizações estão ingressando no Plano em velocidade compatível para garantir o pagamento de benefícios, propomos a expansão de mais 12 meses para amortização do déficit do Patrocinador, perfazendo um total de 24 parcelas a partir de janeiro 2010, com a devida observação ao item 11 da Resolução CGPC 18/2006

– **Equacionamento do Déficit: Participantes Assistidos - R\$ 1.071.545,00:** compromisso de responsabilidade dos Assistidos, financiados vitaliciamente, que representa 18,46% sobre o valor do benefício mensal.

– Total das Provisões a Amortizar, incluindo a parcela de equacionamento do déficit atribuído ao assistido monta em: R\$ 2.834.125,19.

– **Fundos:** O Plano Básico de Benefício Definido possui um Fundo de Investimento de R\$ 54,23 e um Fundo Administrativo no valor de R\$ 96.886,23.

– **Alteração Regulamentar:** Não identificamos alterações regulamentares no Plano Básico de Benefício Definido em 2009

Conclusão: Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano Básico de Benefício Definido da CAFBEP encontra-se em equilíbrio atuarial. O equilíbrio apresentado, parte do pressuposto que a Patrocinadora e assistidos venham liquidar integralmente o valor das provisões matemáticas a constituir de R\$ 2.834.125,19, a ser amortizado nos moldes propostos no item Plano de Custeio.

Recomendamos que, para a próxima Avaliação Atuarial, seja revisto o regime financeiro do Pecúlio por Morte, passando para “Capitalização”, as quais podem representar em impactos nas Provisões Matemáticas, calculadas atuarialmente.

Considerando o disposto no Artigo 28 da Resolução CGPC nº. 26/2008 e tendo em vista a inaplicabilidade de todos os incisos previstos no § 1º e ainda ao enquadramento dos §§ 2º e 3º do citado artigo, em nossa opinião, o déficit é qualificado como “estrutural”, motivo pelo qual nos leva a recomendar a manutenção do equacionamento anual automático por meio de contribuições adicionais distribuídas nos moldes do Artigo 29 do mesmo diploma legal, proporcionalmente entre assistidos e patrocinador conforme detalhado no item “Plano de Custeio” constante deste Parecer Atuarial.

Tendo em vista que o Plano Básico de Benefício Definido está estruturado na modalidade de Benefício Definido, possuindo, portanto, parcelas de riscos atuariais e financeiros, ressaltamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas implicarão em variações substanciais nos resultados atuariais.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

Watson Wyatt Brasil Ltda (uma empresa Towers Watson).

– São Paulo, 5 de março de 2010.

Waldner Barril Conde
Atuário MIBA nº 763 Atuária

Viviam Microni Macedo Alves
Atuário MIBA nº 1982

ASPECTO CONTÁBIL/ATUARIAL

O Balancete de dezembro/2009 apontou um superávit de R\$227 mil, o qual foi incorporado às Provisões Matemáticas.

(Em R\$1,00):

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL PLANO BÁSICO					
	31/12/2009	31/12/2008		31/12/2009	31/12/2008
ATIVO	5.246.344,33	4.203.125,80	PASSIVO	5.246.344,33	4.203.125,80
DISPONÍVEL	4.700,30	19.098,59	CONTAS A PAGAR	503.824,79	379.556,83
CONTAS A RECEBER	165.463,73	287.274,95	VALORES EM LITÍGIO	265.829,27	346.549,84
APLICAÇÕES	5.071.714,56	3.892.041,61	COMPROMISSOS C/PARTIC. E ASSIST.	4.379.749,81	3.426.862,04
Renda Fixa	5.046.513,72	3.859.097,56	FUNDOS	96.940,46	50.157,09
Renda Variável	0,00	0,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	0,00	0,00	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos/Financiamentos	25.200,84	16.100,73	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-)Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	4.465,71	5.900,10	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
DESCRIÇÃO		31/12/2009	31/12/2008
(+) Contribuições		1.247.781,96	1.023.554,49
(-) Benefícios		-640.548,36	-538.329,37
(+/-) Rendimentos das Aplicações		504.372,30	401.327,55
(=) Recursos Líquidos		1.111.605,90	886.552,67
(-) Despesas com Administração		-141.191,02	-127.231,77
(-/+) Formação/Utilização de Valores em Litígio		-29.256,26	-1.914,48
(-/+) Formação/Utilização dos Compromissos com Participantes Assistidos		-952.887,77	-731.982,67
(-/+) Formação/Utilização de Fundos para Riscos Futuros		-46.783,73	-25.423,75
(=) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício		0,00	0,00

Comentários Sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A rentabilidade patrimonial no exercício de 2009 foi de 12,48%, que comparado à taxa atuarial, resultou em 1,92% no exercício.

Comentários Sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O Custeio Administrativo previsto atuarialmente para o exercício de 2009 foi de 11,73% das receitas previdenciárias, sendo que o efetivado foi de 8,04%. O Resultado positivo, de 3,42%, constitui Fundo Administrativo do Plano.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DO PLANO BÁSICO	2009	2008
	143.257	193.612
Despesas c/Empregados	36.817	30.587
Despesas c/Diretoria	19.940	11.827
Serviços Terceiros	62.633	64.528
Serviço Atuarial	48.972	45.688
Serviço Advocacia	2.902	2.181
Serviço Informática	3.389	2.648
Serviço Auditoria	1.170	2.121
Serviço Gestão Integrada	-	5.501
Demais Serviços de Terceiros	-	6.388
Despesas Gerais	6.200	16.160
Depreciação e Amortizações	16.688	1.907
Despesas c/Terceiros	1.420	400
Conselhos Deliberativo/Fiscal	3.375	3.674

03. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVRENDA

Aprovado pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar em 28/05/2002 e implantado em 20/12/2002. Foi constituído na modalidade Contribuição Definida. Possuía ao final de 2009 987 (novecentos e oitenta e sete) participantes e 318 (trezentos e dezoito) assistidos.

Oferece: Benefícios de Renda Temporária; por Morte e Invalidez; Pecúlio por Morte e Invalidez; Benefício Proporcional Diferido; Resgate; e, Portabilidade.

PARECER ATUARIAL DO PREVRENDA

Avaliamos atuarialmente o Plano PREV-RENDA da CAFBEP –Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará, patrocinado pelo BANPARÁ com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial e propor um plano de custeio para o ano-calendário 2010.

Na preparação desta avaliação, a qual está posicionada em 31/12/2009, utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela CAFBEP e outras pessoas ou organizações por ela designadas. A avaliação resumida neste relatório envolve cálculos atuariais para os quais são necessárias hipóteses sobre eventos futuros.

Certificamos que as hipóteses e métodos usados nesta avaliação são razoáveis e apropriados para os objetivos em que foram utilizados. Contudo, outras hipóteses também podem ser razoáveis e apropriadas, mas produziram resultados diferentes.

Todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com as práticas e princípios atuariais geralmente aceitos. A CAFBEP e a respectiva Patrocinadora, em conjunto com a Towers Watson, são responsáveis pela seleção e adoção das hipóteses biométricas, demográficas e econômicas.

Cadastro: O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de agosto/2009. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

Para efeitos desta Avaliação Atuarial e objetivando posicionar os valores em 31/12/2009, os salários dos Participantes Ativos foram recompostos em 7,1% que corresponde a 6% decorrente do reajuste concedido aos empregados da Patrocinadora, acrescida da variação do INPC/IBGE medida de setembro a dezembro de 2009, cujo percentual acumulado desse período é de 1,01%.

Relativamente aos benefícios dos participantes assistidos, não houve tratamento adicional, haja vista que os compromissos de Benefícios Concedidos não são avaliados atuarialmente. Desta forma registramos tão somente aos resultados dos saldos de contribuições informados contabilmente.

Características do Plano: O Plano PREV-RENDA da CAFBEP está estruturado na modalidade "Contribuição Variável", de acordo com a Resolução CGPC 16 DE 22/11/2005, sendo que estruturado em "Contribuição Definida" para o Benefício de Renda Temporária, utilizando-se, porém, de "Benefício Definido" para os Benefícios de Risco (integralização de contribuição e pecúlio nos eventos de Invalidez e Morte).• **Hipóteses Atuariais:** As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2009 foram as mesmas utilizadas em 2008, conforme detalhado a seguir :

Hipótese	2009
Tábua de Mortalidade Geral	AT83 – Masculina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposas 3 anos mais jovens e 2 Filhos Dependentes, Assistidos: Família informada
Rotatividade	0%
Taxa de Juros	6% a.a.
Aposentadoria	1ª elegibilidade
Crescimento Salarial	2% a.a.
Capacidade Salarial	100%
Capacidade de Benefícios	100%
Índice do Plano	variação cota

A Towers Watson recomendou adoção de hipóteses econômicas e demográficas em correspondência de 8/7/2009, mas conforme manifestação da entidade por meio da Carta CAFBEP/DISEG nº. 790 de 15/12/2009, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das mesmas premissas utilizadas na Avaliação Atuarial de 2008.

Ressaltamos que, para esta Avaliação Atuarial, as bases técnicas adotadas estão em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº 18, de 28/03/2006.

Resultados Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo total de 25,45% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscrito neste Plano PREV-RENDA e Provisões Matemáticas no valor de R\$ 44.150.823,97, ambos posicionados em 31/12/2009. Tanto o custo como as Provisões Matemáticas tem parcelas atuariais, no entanto, sua maior parcela refere-se ao saldo das contas de participantes ativos (R\$ 25.817.735,97) e assistidos (R\$ 18.120.368,00), perfazendo no valor total dos saldos de R\$ 43.938.103,97 e apenas R\$ 212.720,00 refere-se à parcela atuarial (Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte).

• O custo apresentado no parágrafo anterior está distribuído em 5,00% destinado ao custeio das Aposentadorias Programadas, 16,54% para o Compromisso Especial dos Assistidos conforme definido em Convênio nº 001/2001 firmado entre o BANPARÁ e a CAFBEP em 18 de junho de 2001, 0,02% para a Integralização de contribuição (Invalidez e Morte), 0,08% para o custeio do Pecúlio por Invalidez e Morte e 3,81% para custeio das Despesas Administrativas do Plano

• Detalhamento dos compromissos do Plano em 31/12/2009: Valores em R\$ 1,00

Saldo Benefícios Concedidos	18.120.368,00
Saldo Benefícios a Conceder	25.817.735,97
Provisão Matemática Riscos	212.720,00
Provisões Matemáticas Totais	44.150.823,97

• **Plano de Custeio:** O Plano Anual de Custeio será constituído por contribuições que totalizam 25,45% da folha de salários, para o ano de 2010, conforme detalhado no quadro a seguir:

Plano de Custeio Proposto – 2010				
Tipo de Contribuição	Participante (%)	Patrocinador (%)	Assistido (%)	Total (%)
Renda Temporária – Contribuições Normais	2,5	2,5	-	5,00
Compromissos Especiais Inativos	-	16,54	-	16,54
Integralização de contribuição (Invalidez e Morte)	0,01	0,01	-	0,02
Pecúlio por Invalidez e Morte	0,04	0,04	-	0,08
Despesas Administrativas	1,71	1,71	0,39 (*)	3,81
Total	4,26	20,80	0,39 (*)	25,45

(*) Percentual sobre a folha de Salários de Participação que equivale a 1,71% sobre a folha de benefícios

Foi observado o limite estabelecido no Inciso III do artigo 87 do regulamento do PREV-RENDA, ou seja, as contribuições da Patrocinadora, destinadas a cobrir os custos referentes aos benefícios de risco e despesas administrativas são limitadas em 2,75%, incidentes sobre o total dos Salários de Participação.

Detalhamento do Plano de Custeio proposto para o exercício de 2010:1 – **Contribuição Normal:** O Participante e o Patrocinador contribuirão obrigatoriamente com 2,50% sobre o Salário de Participação dos Participantes Ativos, limitado a 25 vezes a UMC, conforme Artigo 21 do Regulamento do PREV-RENDA.

2 – **Contribuição Facultativa:** O Participante poderá optar pela contribuição facultativa, aplicando um percentual sobre o seu Salário de Participação ou realizando contribuições extraordinárias à sua escolha, sem contrapartida do Patrocinador, observados os limites mínimos e máximos, caso sejam mensais, de 1% a 15% dos Salários de Participação, e caso sejam apenas de caráter extraordinário, de no mínimo 20% dos Salários de Participação e máximo determinado pela legislação.

3 – **Benefícios de Risco/Despesas Administrativas:** O Patrocinador e Participantes aportarão contribuições incidentes sobre o total dos Salários de Participação, conforme taxas detalhadas no quadro do Plano Anual de Custeio Proposto.

Os Participantes Assistidos do Plano contribuirão com 1,71% sobre a folha de benefícios, para a cobertura das Despesas Administrativas.

Em relação às Despesas Administrativas, o custeio foi limitado em 15% do total de contribuições previdenciais, incluindo aquelas referentes aos compromissos especiais para com os Participantes Assistidos. Em observância à Resolução CGPC No. 29 de 31/8/2009, não obstante o prazo para enquadramento dos limites para as despesas administrativas das Entidades enquadradas na LC 108/2001, recomendamos que para a próxima Avaliação Atuarial se inicie estudos para seu efetivo enquadramento ao Artigo 6º da aludida Resolução.

4 – **Contribuições Especiais – Estímulo à Migração:** Exclusivamente para os Participantes Assistidos enquadrados no § 1º do artigo 78 do Regulamento do PREV-RENDA, a CAFBEP deposita, mensalmente, em contas individuais, existentes no Fundo Patrocinado em nome de cada participante, contribuição especial, por até 180 meses contados da data da migração, conforme estabelecido no Convênio nº.001/2001 firmado entre o BANPARÁ e a CAFBEP em 18 de junho de 2001 e Termos Aditivos correspondentes.

Nos termos do mencionado convênio e ainda consubstanciado nos Incisos I e II do §4º do Artigo 84 do Regulamento do PREV-RENDA, o BANPARÁ, para suprir a CAFBEP de recursos destinados à cobertura das contribuições especiais, a Patrocinadora recolherá a favor CAFBEP, o percentual indicado no Quadro do Plano Anual de Custeio – 2010.

Essa taxa média, conforme percentuais definidos individualmente por ocasião da implantação deste Plano, cuja relação detalhada é parte integrante do citado Convênio nº 001/2001, deverá ter como base para aplicação a Folha de Salários do mês de setembro de cada ano.

• **Situação Financeiro-Atuarial:** O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano PREV-RENDA é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2009. Valores em R\$ 1,00

Ativo Total	48.125.714,55
Exigível Operacional	(92.264,77)
Exigível Contingencial	(67.827,17)
Fundos	(3.814.798,64)
Ativo Líquido Previdencial	44.150.823,97

O Ativo Líquido Previdencial do Plano de R\$ 44.150.823,97 faz frente ao total das Provisões Matemáticas de R\$ 44.150.823,97, atuariamente calculadas, resultando em equilíbrio financeiro-atuarial.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

• **Rentabilidade do Plano:** A rentabilidade patrimonial do Plano PREV-RENDA da CAFBEP, calculada pela variação da cota, alcançou, no exercício de 2009, o percentual de 14,93% que, comparado com a inflação acumulada de 4,11% (INPC-IBGE), acrescida do juro atuarial de 6%, resultou na taxa de rentabilidade real líquida no exercício de 4,14%. O valor da cota para apurar a variação Patrimonial foi de 1,9544833 e 2,2462000, respectivamente dezembro/2008 e dezembro/2009.

Dívidas Contratadas: Nos termos estabelecidos no Convênio nº.001/2001 firmado entre o BANPARÁ e a CAFBEP em 18 de junho de 2001 e Termos Aditivos correspondentes e ainda, consubstanciado nos Incisos I e II do §4º do Artigo 84 do Regulamento do PREV-RENDA, o BANPARÁ, para fazer frente à cobertura dos compromissos destinados aos assistidos vem recolhendo, mensalmente, o equivalente a 16,54% da folha de salário de seus participantes. O tempo decorrido foi de 85 meses, portanto, restam 95 meses para cessação desse compromisso com o Plano PREV-RENDA.

• **Provisões Matemáticas a Constituir:** Não há registro de Provisões Matemáticas a Constituir – Vide observação no item acima “Dívidas Contratadas”.

• **Fundos:** O Plano PREV-RENDA possui recursos alocados no Fundo Previdencial destinado à cobertura dos benefícios de risco (Pecúlio por Morte e Invalidez Integralização de Contribuição) no valor de R\$ 2.709.752,45, portanto, o custeio desse benefício leva em consideração o disposto nas Seções IV e VI, especialmente o Artigo 44 do Regulamento do Plano e está assim distribuído:

- Fundo Coletivo: R\$ 98.626,29 - Constituído por contribuições remanescentes do patrocinador não resgatadas por Participantes com o advento do desligamento do Plano – Inciso IV do Artigo 44 do Regulamento
- Fundo Coletivo de Oscilação Financeira: R\$ 1.862.182,42 - Constituído por ganhos ou perdas decorrentes da apuração do valor da cota a ser utilizado no pagamento dos benefícios - Inciso VIII do Artigo 44 do Regulamento
- Fundo de Risco: R\$ 748.943,74 - Constituído pelas contribuições mensais previstas no Plano Anual de Custeio, cujos recursos serão destinados ao pagamento dos Benefícios de Risco em caso de insuficiência de recursos constituídos pelo método de capitalização

• **Alteração Regulamentar:** Não identificamos alterações regulamentares no Plano PREV-RENDA em 2009.

Conclusão: Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano PREV-RENDA da CAFBEP encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial.

Destacamos que, embora as hipóteses e métodos usados nesta avaliação sejam razoáveis para o Plano e adequadas do ponto de vista legal, recomenda-se a alteração de premissas para a próxima Avaliação Atuarial em 31/12/2010. A experiência demográfica AT-83 Masculina é utilizada nos planos da CAFBEP e entendemos que a CAFBEP deverá utilizar, no mínimo, tábuas específicas por sexo neste plano de benefícios conforme estudos processados em 2007 e 2008.

Tendo em vista que o Plano PREV-RENDA está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, possuindo uma pequena parcela de riscos atuariais e financeiros, ressaltamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas implicarão em variações substanciais nos resultados atuariais.

• Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

Watson Wyatt Brasil Ltda.

São Paulo, 5 de março de 2010. (uma empresa Towers Watson).

Waldner Barril Conde
Atuário MIBA nº 763 Atuária

Viviam Microni Macedo Alves
Atuário MIBA nº 1982

ASPECTO CONTÁBIL/ATUARIAL:

O resultado do Plano Prevrenda em 2009 foi integralmente utilizado para a constituição do Fundo Coletivo de Oscilações Financeiras em cumprimento ao artigo 44, inciso VIII, do Regulamento Prev-Renda. As Provisões Matemáticas do Plano correspondem ao saldo total dos Fundos de Cotas dos Assistidos (R\$18.120.368) e Participantes (R\$25.817.835), este, acrescido de uma parcela para Benefícios de Risco (R\$212.720,00) calculada atuariamente.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL PLANO PREVRENDA					
	31/12/2009	31/12/2008		31/12/2009	31/12/2008
ATIVO	48.125.714,55	42.133.721,50	PASSIVO	48.125.714,55	42.133.721,50
DISPONÍVEL	24.779,92	30.407,04	CONTAS A PAGAR	92.264,77	428.889,67
CONTAS A RECEBER	319.619,32	388.583,57	VALORES EM LITÍGIO	67.827,17	227.629,69
APLICAÇÕES	47.709.246,86	41.651.142,84	COMPROMISSOS C/PARTIC. E ASSIST.	44.150.823,97	39.536.092,91
Renda Fixa	38.710.012,75	34.379.261,97	FUNDOS	3.814.798,64	1.941.109,23
Renda Variável	4.443.759,08	2.128.007,96	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	877.809,67	906.618,87	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos/Financiamentos	3.677.665,36	4.237.254,04	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-)Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	71.999,05	63.588,05	Resultados a Realizar	0,00	0,00
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
DESCRIÇÃO					31/12/2008
(+) CONTRIBUIÇÕES					6.742.001,29
(-) BENEFÍCIOS					-6.004.040,08
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES					3.112.210,14
(=) RECURSOS LÍQUIDOS					3.850.171,35
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO					-1.066.297,15
(-/+) FORMAÇÃO/UTILIZAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO					-18.816,87
(-/+) FORMAÇÃO/UTILIZAÇÃO DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS					-3.600.505,73
(-/+) FORMAÇÃO/UTILIZAÇÃO DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS					508.521,69
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO					-326.926,71
Comentários Sobre a RENTABILIDADE do Plano:			Comentários Sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:		
A rentabilidade patrimonial no exercício de 2009 foi de 14,93%, fixando-se 4,11% acima da Taxa Atuarial, utilizada, apenas, como índice de referência, uma vez que a modalidade do Plano não possui meta.			O Custeio administrativo previsto atuariamente para o exercício de 2009 foi de 15,00% das receitas previdenciárias, sendo que o efetivado foi de 11,52%. O Resultado positivo, de 3,12%, constituiu Fundo Administrativo do Plano.		

DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DO PLANO PREVRENDA	2009	2008
	1.185.505	1.462.307
Despesas c/Empregados	499.629	449.915
Despesas c/Diretoria	223.611	134.918
Serviços Terceiros	253.594	312.451
Serviço Atuarial	50.799	45.665
Serviço Advocacia	31.619	24.879
Serviço Informática	87.839	82.084
Serviço Auditoria	12.750	24.194
Serviço Gestão Integrada	-	62.754
Demais Serviços de Terceiros	-	72.874
Despesas Gerais	70.587	184.345
Depreciação e Amortizações	145.335	21.750
Despesas c/Terceiros	15.477	4.567
Conselhos Deliberativo/Fiscal	1.664	41.911

04. PLANO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - PAS

Implantado em 01/09/1992. Embora esteja vinculado à Secretária de Previdência Complementar - SPC, o plano é regido pelas normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, classificado na modalidade de Autogestão, com registro provisório nº. 336220, desde 21/12/1998. Tem por objetivo principal a concessão de auxílios destinados a cobertura ou ressarcimento parcial de despesas para a proteção e recuperação da saúde dos beneficiários inscritos em complementação ao Sistema Unificado de Saúde - SUS, constituindo uma prestação de serviços assistenciais da CAFBEP. Em 31/12/2009, a massa de beneficiários apresentava a seguinte composição:

BENEFICIÁRIOS	TITULARES	DEPENDENTES	TOTAL
ATIVOS	726	1.119	1.845
CAFBEP	17	29	46
FACULTATIVOS	5	4	9
ASSISTIDOS	45	35	80
PENSIONISTAS	11	0	11
TOTAL	768	1.214	1.991

ASPECTO CONTÁBIL

Contabilmente é efetuada a segregação do Plano PAS entre Patrocinados e Autopatrocinados. No primeiro grupo estão os participantes em atividade nos patrocinadores BANPARÁ e CAFBEP. No segundo estão enquadrados os ex-empregados e aposentados. O resultado positivo constituiu os Fundos do Plano, conforme as normas da SPC e ANS.

O resultado do Plano Assistencial em 2009 foi incorporado aos Fundos do próprio plano.

Valores em R\$1,00

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE					
	31/12/2009	31/12/2008		31/12/2009	31/12/2008
ATIVO	5.091.946,57	4.209.072,70	PASSIVO	5.091.946,57	4.209.072,70
DISPONÍVEL	2.430,91	12.676,01	CONTAS A PAGAR	248.449,93	85.311,45
CONTAS A RECEBER	196.432,73	353.074,59	VALORES EM LITÍGIO	4.844,40	12.970,64
APLICAÇÕES	4.490.073,46	3.792.768,14	COMPROMISSOS C/PARTIC. E ASSIST.	0,00	0,00
Renda Fixa	4.395.312,61	3.692.465,97	FUNDOS	4.838.652,24	4.110.790,61
Renda Variável	1.869,18	4.291,00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	0,00	0,00
Imóveis	92.891,67	96.011,17	Resultados Realizados	0,00	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00	0,00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(-)Déficit Técnico Acumulado	0,00	0,00
BENS DE USO PRÓPRIO	33.983,55	50.553,96	Resultados a Realizar	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	31/12/2009	31/12/2008
(+) CONTRIBUIÇÕES	2.626.263,79	2.385.087,58
(-) BENEFÍCIOS	-1.786.350,16	-1.542.367,58
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	396.915,92	420.922,53
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.236.829,55	1.263.642,53
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	-550.263,24	-487.611,95
(-/+) FORMAÇÃO/UTILIZAÇÃO DE VALORES EM LITÍGIO	41.295,32	2.349,65
(+/-) INCORPORAÇÃO(DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	0,00	0,00
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	727.861,63	-773.680,93

Comentários Sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A rentabilidade patrimonial no exercício de 2009 foi de 9,83%, que, comparado com a taxa atuarial, resultou em -0,48% no exercício. A Taxa Atuarial é utilizada apenas como índice de referência, uma vez que a modalidade do Plano não se utiliza de meta.

Comentários Sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O Plano Assistencial não possui Custeio administrativo previsto atuarialmente. O custo Administrativo é apurado mensalmente e foi de 20,35% em 2009.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DO PLANO BÁSICO EM 2009	2009	2008
	550.407	665.794
Despesas c/Empregados	221.326	209.274
Despesas c/Diretoria	33.570	31.700
Serviços Terceiros	186.667	176.663
Serviço Atuarial	30.929	32.200
Serviço Advocacia	3.670	5.845
Serviço Informática	20.806	26.188
Serviço Auditoria	31.480	5.685
Serviço Auditoria Médica-PAS	81.425	74.879
Serviço Gestão Integrada	-	14.744
Demais Serviços de Terceiros	18.357	17.122
Despesas Gerais	90.856	43.313
Depreciação e Amortizações	14.812	17.261
Despesas c/Terceiros	163	1.073
Conselhos Deliberativo/Fiscal	3.014	9.847

- Plano de Custeio:** O Plano Anual de Custeio será constituído por contribuições dos beneficiários e Patrocinadores sobre a folha de salários/benefícios conforme detalhado no quadro a seguir:

	Patrocinados	Autopatrocinados	Patrocinadores
Contribuinte	1,88%	Contribuinte 11,52%	Contribuinte 3,74%
Dependente	0,89%	Dependente 4,37%	Dependente 1,78%

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES:

- Examinamos o balanço patrimonial da CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ - CAFBEP em 31 de dezembro de 2009, e a respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. A determinação da composição das reservas técnicas foi conduzida sob a responsabilidade de um consultor atuarial, externo à entidade, e o nosso parecer, no que se refere à determinação do passivo atuarial, é baseado exclusivamente na opinião do aludido atuário independente.
- Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da CAFBEP; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da CAFBEP, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, com base nos Pareceres dos Atuários Independente (Watson Wyatt Brasil Ltda – subscrito por Waldner Conde MIBA nº 763 e Viviani Mironi Macedo Alves MIBA nº 1982), relacionados com os passivos atuariais, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo primeiro representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ - CAFBEP em 31 de dezembro de 2009, os resultados de suas operações e os seus fluxos financeiros referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Conforme mencionado nos Pareceres Atuariais firmados em 05 de março de 2010, tanto para o Plano Básico de Benefício Definido quanto para o Plano Prev-Renda constam no capítulo da conclusão, recomendações que achamos por bem incluir como ênfase em nosso parecer, como segue: Para o Plano Básico " Recomendamos que, para a próxima Avaliação Atuarial, seja revisto o regime financeiro do Pecúlio por Morte, passando para "Capitalização", as quais podem representar em impactos nas Provisões Matemáticas, calculadas atuarialmente." e para o Plano Prev-Renda " Recomendamos a alteração de premissas para a próxima avaliação atuarial em 31/12/2010. A experiência demográfica AT – 83 Masculina é utilizada nos planos da CAFEB e entendemos que a CAFBEP deverá utilizar, no mínimo, tábuas específicas por sexo neste plano de benefícios conforme estudos processados em 2007 e 2008."
- As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores, sobre os quais emitiram parecer com parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto constante do item quatro, datado de 18 de março de 2009.
- No que se refere aos recursos a receber do Plano de Assistência à Saúde – PAS concernente as contribuições normais e parcela de co-participação do beneficiário em relação às despesas médicas, a CAFBEP vem observando as instruções emanadas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Rio de Janeiro, 17 de Março de 2010.

WALTER HEUER AUDITORES INDEPENDENTES
CVM Nº 2291 – CRC-SP Nº 000334/0-6-T-RJ

GILSON MIGUEL DE BESSA MENEZES
CONTADOR CRC-RJ 017511-13 "S" - PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S.A – CAFBEP, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, à luz da legislação vigente, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo Financeiro, relativas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, e observando o conteúdo nos pareceres atuariais, de 05 de março de 2010, da empresa atuarial WATSON WYATT BRASIL LTDA, sobre os planos de benefícios, bem como o que contém no Parecer dos Auditores Independentes, de 17 de março de 2010, sobre as demonstrações contábeis da entidade, são de opinião que as referidas peças espelham a sua situação financeira e patrimonial, estando em condições de serem submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo. Este Conselho Fiscal recomenda, complementarmente e em consonância com os pareceres atuariais e com o parecer dos auditores independentes, que o Conselho Deliberativo adote as providências recomendadas com relação ao regime financeiro do pecúlio por morte e com relação à alteração das premissas atuariais, o que, caso não ocorra, poderá causar impactos negativos nas provisões matemáticas.

Paulo Jurandyr Miranda
Presidente

Itamar de Souza Fonseca
Membro

Sonia Maria Souza Vasconcelos
Membro

Fossira de Fátima Nascimento Ramos
Membro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A - CAFBEP, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2010.

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às 15:00 horas, na sede da Entidade, sito à Rua Arcipreste Manoel Teodoro n.º 380, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Deliberativo da CAFBEP para deliberar sobre a Aprovação das Demonstrações Contábeis. Presentes Suelly Maria Favacho Bastos, Presidente do Conselho e os membros José Alves Tavares, José da Silva Neves, Odineia Lopes Gonçalves, Antonio Pereira da Silva e Soéllia Pereira de Jesus, em substituição aos membros efetivos Rosângela Maria Rodrigues Brandão e Vera Lucia Chagas de Morgado, ausentes justificadamente. Este Conselho, após a leitura da documentação pertinente as Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2009, delibera o seguinte: 1) Aprovação das Demonstrações Contábeis por cinco dos seis membros presentes com base nos Pareceres do Conselho Fiscal e Auditores Independentes sobre os Planos BÁSICO e PREV-RENDA. Este Conselho recomenda que a Diretoria Executiva adote medidas cabíveis para: a) quando da apresentação de assuntos para deliberação tais como as Demonstrações Contábeis ou outros assuntos similares, sejam apresentados com tempo hábil para análise, discussão e esclarecimento de dúvidas, providências necessárias para que haja decisão coerente com o grau de importância dos assuntos tratados, b) esclarecer quanto ao conteúdo no item 2.3.4 – a.2 das Notas Explicativas se o assunto refere-se ao RET. Registra-se o voto do Conselheiro José da Silva Neves contrário a aprovação das Demonstrações Contábeis: *Coerente com as manifestações emitidas com relação aos demonstrativos contábeis relativos aos "exercícios passados", a partir da implantação do Plano PREV-RENDA, quando deixaram de ser considerados no ativo do Plano Básico os recursos decorrentes do Termo de Convenio firmado entre o Banpará e a CAFBEP para a cobertura do "serviço passado", em que o Banpará se comprometeu a pagar o valor correspondente a duas folhas de salário dos funcionários do Banco, financiado em 240 meses com vencimento final somente em 2013, bem como considerando as ressalvas contidas na Ata de 9 de março de 2010 do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada lavrando-se a presente ata, a qual vai assinada pelos membros do Conselho Deliberativo da CAFBEP.*

Suelly Maria Favacho Bastos
Presidente

José da Silva Neves
Membro

José Alves Tavares
Membro

Odineia Lopes Gonçalves
Membro

Soéllia Pereira de Jesus
Membro Suplente

Antonio Pereira da Silva
Membro Suplente